



# PODER LEGISLATIVO

GABINETE DAVEREADORA  
MARIA JOSÉ CEDRAZ SILVA DE OLIVEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS	
PROTOCOLO	
NÚMERO	DATA
1083	01 07 21
SECRETARIA	

## Projeto de Lei nº 115/2021 de 01 de Julho 2021

"Dispõe sobre apreensão, tratamento e destino de animais domésticos apreendidos na zona urbana do município e das outras providências".

### A CÂMARA DE VEREADORES DE CRUZ DAS ALMAS APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI.

**Art. 1.º** - Será apreendidos os animais domésticos, devidamente definidos nesta Lei, e que forem encontrados soltos em vias e logradouros públicos da zona urbana do Município de Cruz das Almas.

§ 1º- Considera-se "animal doméstico" aquele que possui características apropriadas para a convivência com os seres humanos, e para efeito desta Lei, são definidos: Gado zebuino (*Bosindicus*) e suas diferentes raças selecionadas, Búfalo (*Bubalus bubalis*); Cavalo (*Equus caballus*) suas diferentes raças selecionadas; Jumento (*Equus asinus*), envolvendo o burro, da mesma família dos equídeos; Porco (*Sus scrofa*) e suas diferentes raças; Cabra (*Capra hircus*) e suas diferentes raças selecionadas Ovelha (*Ovis aries*) e suas diferentes raças selecionadas; Cachorro (*Canis Familiaris*); Gato (*Felis catus*) e suas diferentes raças selecionadas; Galinha (*Gallus domesticus*) e suas mutações; Galinha-d'angola (*Numidameleagris*); Ganso (*Anser sp.*); Ganso- canadense (*Branta canadense*); Ganso-do-nilo (*Alopochen aegyptiaca*); Pato-carolina (*Aix sponsa*); e Pato Mandarin (*Aix galericulata*), conforme define a Portaria IBAMA nº 93, de 07 de Julho de 1998.

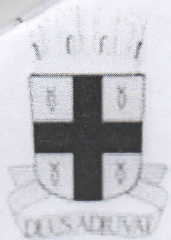
§ 2º- Para os efeitos desta Lei, será considerado "solto" o animal encontrado em lugar público da zona urbana, desacompanhado de seu proprietário ou responsável.

**Art. 2º** - A apreensão será feita por órgão próprio da prefeitura Municipal de Cruz das Almas sob a responsabilidade de pessoas, físicas ou jurídicas, devidamente credenciadas, ficando sob sua guarda e responsabilidade por prazo de 07 (sete) dias, a partir da data da apreensão.

RECEBIDO EM

01/07/21 12 H M





# PODER LEGISLATIVO

GABINETE DAVEREADORA  
MARIA JOSÉ CEDRAZ SILVA DE OLIVEIRA

**Art. 3º** - No ato da apreensão será feita inspeção visual do animal e o de aspecto doentio será apreendido, encaminhado e guardado separadamente dos de aspecto aparentemente normal.

**§ 1º** - O animais que se for encontrado com sinais de moléstia ou ferimento grave receberá assistência médico-veterinária.

**§ 2º** - Os honorários médicos cobrados e os medicamentos aplicados serão, ao final, cobrados do proprietário ou do responsável pelo animal.

**Art. 4º** - No ato de apreensão será preenchida uma Ficha de Ocorrência (F.O), em 02 (duas) vias, onde se especificarão: a espécie animal apreendida, suas características físicas, idade presumível, o local e data de apreensão, devendo o documento conter a assinatura da pessoa responsável pela apreensão.

**Parágrafo Único** – Cópia da ficha de Ocorrência (F.O), destacável será encaminhada à secretaria da Fazenda Municipal, para as providências burocráticas a serem adotadas por ela.

**Art. 5º** - Todo animal apreendido nos termos desta Lei será marcado com a inscrição "PMCA" com a tinta "Speco" ou tinta similar.

**§ 1º** - Em caso de reincidência de apreensão do mesmo animal será remarcado conforme dispõem o caput deste artigo.

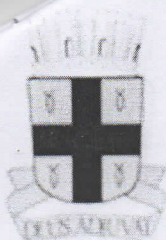
**§ 2º** - Apreendido pela 3ª (terceira) vez, o animal será doado a instituição ou levado a leilão, conforme define o art.6º desta Lei, ficando os respectivos animais sob a responsabilidade dos órgãos recebedores, sem necessidade de observância do prazo de que tratam os artigos 2º e 6º desta Lei.

**Art. 6º** - O prazo máximo de guarda do animal pela Prefeitura, para o efeito de sua liberação, sob o interesse do proprietário, será de 07 (sete) dias, e após este prazo o animal será doado para instituição de proteção e/ou preservação específica, no caso de apreensão cão, gato e aves, ou levado a leilão, quando se tratar de apreensão dos animais relacionados, conforme define o art.5º, § 2º desta Lei.

**§ 1º** - O leilão do animal apreendido será precedido de avaliação pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município, que lhe definirá o valor mínimo de arrematação, podendo esta solicitar consultoria a outra agência do ramo zootécnico.

**§ 2º** - O leilão de que trata o caput deste artigo, sua organização e realização, ficará a cargo da Secretária de Agricultura e Meio Ambiente do município de Cruz das Almas.





# PODER LEGISLATIVO

GABINETE DAVEREADORA  
MARIA JOSÉ CEDRAZ SILVA DE OLIVEIRA

**Art. 7º**- Em caso de liberação, no prazo previsto, serão cobrados do proprietário ou do responsável pelo animal apreendido, independente de sua espécie:

- a) Para animais de grande porte:
  - I- Multa diária equivalente a 2% do salário mínimo vigente, pela apreensão;
  - II- Valor referente às despesas efetuadas com alimentação, tratamento animal e eventuais honorários médico-veterinários, com a devida comprovação documental destas despesas.
- b) Animais de médio porte:
  - I- Multa diária equivalente a 1% do salário mínimo vigente, pela apreensão;
  - II- Valor referente às despesas efetuadas com alimentação, tratamento animal e eventuais honorários médico-veterinários, com a devida comprovação documental destas despesas.
- c) Animais de pequeno porte:
  - I- Valor referente às despesas efetuadas com alimentação, tratamento animal e eventuais honorários médico-veterinários, com a devida comprovação documental destas despesas.

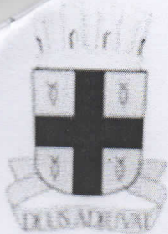
**§ 1º**- Para aplicação desta Lei, definem-se como:

- I- Animais de grande porte:** Gado Zebuino e suas diferentes raças selecionadas; Búfalo; Cavalo e suas diferentes raças selecionadas; e, Jumento (*Equus asinus*) que envolve na mesma família o burro.
- II- Animais de médio porte:** Porco e suas diferentes raças; Cabra e suas diferentes raças selecionadas, Ovelha e suas diferentes raças selecionadas; e Cachorros.
- III- Animais de pequeno porte:** Gato e suas diferentes raças selecionadas; Galinha e suas mutações; Galinha-d'angola; Ganso-canadense; Ganso-do-nilo; e, Pato Mandarin.

**§ 2º** - A critério da Administração e comprovado, perante a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente que o animal apreendido e utilizado na aferição de renda familiar, poderá ser liberado independente de pagamento das despesas mencionadas no artigo anterior, excepcionalmente quando se tratar de ocorrência primária envolvendo aquele proprietário ou responsável.

**Art. 9º**- O produto de multas aplicada e da arrematação do animal, após deduzidas as importâncias despendidas pela Prefeitura Municipal com seu transporte, guarda, alimentação e tratamento, será destinado para um fundo próprio que deve ser criado





# PODER LEGISLATIVO

GABINETE DA VEREADORA  
MARIA JOSÉ CEDRAZ SILVA DE OLIVEIRA

com objetivo de estabelecer e estruturar ambientes apropriados para a manutenção e manejo zootécnico de animais, principalmente cães e gatos, que forem encontrados abandonados nas zonas urbana do município de Cruz das Almas, obedecidas as formalidades legais.

**Art. 10º**- Em caso de o valor animal levado a leilão não cobrir as despesas efetuadas pela Prefeitura, inclusive o da multa respectiva, a diferença será inscrita em dívida ativa, para posterior ressarcimento ao erário público, por parte do seu proprietário ou responsável.

**Art. 11º**- Havendo empate de lance, valor por valor, durante o leilão previsto nesta Lei, o proprietário do animal leilado terá preferência na arrematação.

**Art. 12º**- Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, período este em que a Prefeitura Municipal de Cruz das Almas se encarregará de promover campanha intensiva com o fim de orientar e fomentar a educação ambiental com a especificidade desta Lei.

**Art. 13º**- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 01 Julho de 2021.

**Maria José Cedraz Silva de Oliveira**  
Vereadora - MDB





# PODER LEGISLATIVO

GABINETE DA VEREADORA  
MARIA JOSÉ CEDRAZ SILVA DE OLIVEIRA

## JUSTIFICATIVA

Ao Projeto de Lei nº 115/2021 de 01 de Julho 2021

A ação tem o objetivo de evitar a presença de animais domésticos soltos nas áreas urbanas, como constantemente se vê, reduzindo, assim a possibilidade de acidentes no trânsito, além de outros. Entende-se que se trata de ação em favor da Saúde Pública, uma vez que, retirando-se esses animais das ruas, evita-se o espalhamento de resíduos sólidos e, conseqüentemente, previne-se doenças.

Sala das Sessões, 01 Julho de 2021.

**Maria José Cedraz Silva de Oliveira**  
Vereadora - MDB